

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - IPADES**

**A ECONOMIA, A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL 2014: REFLEXOS
FUTUROS**

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

Newton Martins Barbosa Neto

Sócio Vice-Presidente – IPADES

Devido à complexidade do tema é um exercício de alto risco querer determinar com precisão quais são as todas as variáveis envolvidas no processo de desenvolvimento de uma sociedade. Todavia, apesar do desafio, é altamente provável que citar economia, política e educação como três variáveis necessárias, porém não suficientes, para o desenvolvimento de uma sociedade seja uma tentativa de sucesso.

Essas três importantes variáveis do desenvolvimento a economia, a política e a educação, neste ano de eleições para presidente, governadores, legislativo federal e estaduais, no Brasil, devem merecer da sociedade brasileira, especialmente dos eleitores, momentos de análise e reflexão. Afinal não se trata apenas do calendário a partir de 2015, mas de como será o desenvolvimento nacional.

Na economia, o ano de 2014, para o Brasil, deve ser difícil. Esta constatação não vem apenas de analistas e do mercado, mas da declaração do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, para quem *"a economia brasileira está crescendo com duas pernas mancadas: de um lado, o financiamento ao consumo, que está escasso, e, de outro lado, a crise internacional, que nos rouba uma parte da nossa possibilidade de crescimento."* Pela atual conjuntura nacional e internacional, é importante que ele faça essa análise, contudo difícil é saber se o governo tem a mesma visão e vai procurar um novo rumo para a economia brasileira; em ano eleitoral?

De fato, o Brasil está com pernas mancadas há bastante tempo. Isso só não ficou evidente antes, pois o país caminhava apoiado nas muletas do crédito fácil e de uma

economia internacional que ajudava muito. Retiradas as muletas, viu-se que o modelo econômico é de fato manco.

Alguns números ilustram a dependência dessas muletas, tomando-se por base temporal os últimos doze meses até novembro de 2013. O crédito livre às pessoas físicas aumentou 1,8%, descontada a inflação, contra uma média de 10,9% ao ano no quinquênio anterior. Isso explica, em parte, a expansão mais lenta das vendas do varejo – 2,2% nos 12 meses até outubro, contra 8,4% ao ano no quinquênio anterior – e do consumo das famílias – 2,3% nos quatro trimestres até setembro, contra 4,9% ao ano no lustro anterior.

O crédito ao consumo está mais escasso, pois a massa salarial real está crescendo menos: 2,4% nos doze meses até novembro, contra uma média anual de 6,0% no quinquênio anterior. Além disso, as famílias estão se endividando para comprar moradia, deixando menos espaço para empréstimos para o consumo. O crédito imobiliário direcionado para as pessoas físicas aumentou 26,9% em termos reais.

A forte alta no crédito imobiliário fez com que o total de empréstimos às pessoas físicas crescesse 10,0% nos doze meses até novembro. Ainda é um aumento muito grande. Dado o patamar que já atingiu a dívida das famílias não tem como continuar a crescer tão à frente da massa salarial, especialmente agora que os juros, em vez de cair, estão subindo. É irreal acreditar que o crédito ao consumo pode voltar a crescer como antes. Essa muleta se foi.

Quanto à economia mundial ela ajudou menos o Brasil em 2013 do que vinha fazendo até então. De acordo com o FMI, em 2013 o PIB mundial cresceu 2,9%, 0,3 ponto percentual a menos que em 2012. A Ásia Emergente, em especial, cresceu apenas 6,3%, contra uma média de 7,8% ao ano no quinquênio anterior. Isso ajuda a explicar por que o preço das exportações caiu 12% nos 24 meses até outubro, depois de subir 14% ao ano no quinquênio anterior, principalmente as exportações de *commodities* do agronegócio e da mineração.

O Brasil também sofreu com a perspectiva de que o Fed, o banco central americano, começaria a reduzir a emissão de dólares para comprar títulos públicos e papéis lastreados em hipotecas. Desde que o presidente do Fed tocou nesse tema pela primeira vez, os juros e o dólar dispararam no Brasil. A alta dos juros encareceu o

custo de financiamento público e corporativo. A desvalorização do real ameaçou as empresas endividadas em moeda estrangeira, obrigando o Banco Central a prover *hedge* no mercado de derivativos.

Mas esses desenvolvimentos na Ásia e nos EUA nada mais são que o início de uma volta à normalidade. Foi um erro apostar numa política econômica que supunha que o mundo nunca voltaria à normalidade. Como acreditar que o preço das exportações continuaria subindo 14% ao ano para sempre ou que o Fed iria indefinidamente imprimir um trilhão de dólares ao ano? Essa muleta também se foi.

Por que não se preparou para isso, o Brasil está sofrendo mais que a maioria dos países emergentes com a normalização externa. De acordo com o FMI, depois de crescer em média 4,5% ao ano no período de 2006 a 2010, o Brasil teve crescimento pífio no período 2011 e 2012: 2,7% e 0,9% respectivamente. A desaceleração no resto da América Latina foi bem mais branda, de 3,9% para 3,8%. Vale dizer, o cenário externo impactou bem mais o Brasil que o resto da região.

As causas estão no déficit externo alto; a situação fiscal piorou sensivelmente; e a inflação segue perto do teto da banda, a despeito de todas as isenções tributárias e de os preços controlados pelo governo terem subido apenas 1,0% nos doze meses até novembro. Isso sem falar da alta e complexa carga tributária, do péssimo ambiente de negócios, da falta de infra-estrutura e mão de obra qualificada, e da alta insegurança jurídica.

Com o mercado de trabalho mais fraco em 2014, os juros mais altos, e a preferência pelo crédito imobiliário, o crédito ao consumo vai continuar escasso ano que vem. Com a Ásia Emergente crescendo 6,5% em 2014, o Fed começando a desmontar a política de afrouxamento quantitativo, os fundamentos econômicos piorando, e o ambiente externo também não vai ajudar muito.

O mercado prevê que o país, com as pernas mancadas e sem muletas, conseguirá crescer só 2,0% em 2014. O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas, projeta alta de apenas 1,8%. A questão que se coloca é se, passadas as eleições, as reformas necessárias serão feitas, possibilitando o país crescer com pernas fortes e menor dependência do crédito farto ao consumo, e dos fortes ventos a favor da conjuntura global, ou se a política econômica continuará buscando outras muletas.

Na política, continua a indagação: há chance de o Brasil seguir por um caminho bolivariano, como o da Argentina e Venezuela. A pergunta em geral traduz certa ansiedade com a economia do país, por conta de indicadores ruins de crescimento e inflação.

Parte da dificuldade em lidar com essa questão é que nem todos têm a mesma visão do que é o modelo bolivariano. Muitos parecem preocupados com o risco de uma alta da inflação, com a concomitante intervenção nos institutos de pesquisa de preços, como ocorreu na Argentina com o Indec, o IBGE de lá.

Como se sabe, na Argentina a inflação oficial é de 10%, enquanto a inflação real supera os 25%. Isso não ocorre no Brasil, mas por aqui também há uma distância entre a inflação dos preços livres (7,3% nos últimos meses) e a dos preços controlados pelo governo (1,0%), o que também mascara a inflação real. Isso vai continuar em 2014, com a decisão de adiar o aumento da energia elétrica do início de 2014 para depois das eleições.

Também nas contas públicas há o número oficial e aquele que o mercado utiliza. Até nas contas externas há dificuldade de conhecer o número real, devido à só em 2013 se registrarem importações ocorridas em 2012.

Também preocupa a crescente divisão entre uma América Latina do Pacífico e outra do Atlântico e a percepção de que o Brasil está cada vez mais alinhado com esta última. A Aliança do Pacífico, um acordo comercial do qual participam Chile, Colômbia, México e Peru, e ao qual devem se associar Costa Rica e Panamá compreende o primeiro grupo. Esses países têm economias abertas, inflação baixa, um bom ambiente de negócios, uma atitude amigável em relação ao capital estrangeiro, e crescimento do PIB que é o dobro do nosso.

A parte atlântica da América Latina congrega os países do Mercosul, que inclui a Venezuela e no qual pode entrar a Bolívia, além de Equador e Nicarágua. São países com políticas econômicas de má qualidade, economias fechadas, inflação alta, elevado intervencionismo estatal, e baixo crescimento econômico.

Muita gente associa o bolivarianismo a uma opção ideológica, calcada na intervenção estatal na economia. O bolivarianismo é, porém, acima de tudo pragmático. A sua essência está na disposição do governo de sacrificar os

fundamentos econômicos e institucionais do país para se preservar no poder. Nesse sentido, o bolivarianismo é uma versão contemporânea do populismo latino americano de meados do século passado.

O elemento central é gerar um aumento do consumo privado, via transferências, gasto público, preços subsidiados, aumentos reais de salários acima da produtividade etc. De um lado, isso é popular. De outro, pressiona a inflação, piora as contas públicas, aumenta o déficit externo, compromete a situação patrimonial do setor público e piora o ambiente de negócios.

Não há ilusões de que essas políticas levam a uma deterioração da economia do país, a história e a teoria econômica confirmam essa hipótese. Elas não são escolhidas por serem boas, mas por que geram votos no curto prazo. E com os votos e a falta de alternância no poder o governo domina as instituições e ganha controle sobre a narrativa do que acontece com o país. Não por outra razão, o controle da mídia é um elemento tão central do bolivarianismo.

Esse controle é indispensável para a manutenção do modelo quando o bem-estar da população começa a cair como resultado das más políticas. Um exemplo é a narrativa do governo venezuelano de que a alta inflação no país é culpa da oposição e dos especuladores, a quem ameaça com a cadeia se subirem os preços. Há outros exemplos na Argentina, Bolívia e Equador.

Acredita-se que o Brasil não siga por esse caminho por ter economia e instituições mais fortes, e uma imprensa mais livre e atuante que esses países. É um bom argumento. Mas ele ignora que quando o bolivarianismo começou a imprensa desses países também era mais livre e atuante e as instituições, a começar pelo judiciário, mais fortes do que são atualmente. Foi o bolivarianismo que as enfraqueceu, não a sua fraqueza que trouxe o bolivarianismo.

Se o Brasil algum dia seguir por um caminho bolivariano, o primeiro sinal disso não virá da economia. O alerta de que isso está acontecendo virá do esforço de controlar a narrativa sobre as causas de um mau desempenho econômico do país, de forma a evitar que esse leve a uma natural alternância política.

Por fim a educação, que sem sombra de dúvidas afeta de forma direta as duas outras variáveis aqui citadas. É importante que se tenha em mente que a educação

não é um pílula mágica que ao ser ingerida resolve todos os problemas da humanidade. Na verdade ela nem mesmo é necessária para que o processo de acumulação de riqueza, altamente necessários para a melhoria do nível de uma sociedade, ocorra. Por exemplo, embora a Alemanha (16^o colocada) tenha ficado 20 posições a frente dos Estados Unidos da América (36^o colocado) na última avaliação do PISA (Programme for International Student Assessment) seu PIB é apenas 1/5 do PIB Americano. Só para comparação o Brasil ficou em 58^o lugar. Então porque considerá-la? A resposta é simples: Embora não seja essencial para a geração e acumulação de riqueza, a educação é decisiva na qualidade com a qual essa riqueza é gerada e distribuída.

Uma sociedade formada por pessoas qualificadas tem maior capacidade de absorver as janelas de oportunidade associadas às inovações tecnológicas de ponta. É por esta razão que a formação de um número mínimo de profissionais na área de exatas e engenharia é variável tão decisiva para o processo de desenvolvimento. São essas profissionais as pessoas capazes de dominar o conhecimento tecnológico e gerar inovações na área. A pergunta que nos cabe então é: O Brasil está preparado para os novos desafios do século XXI no que diz respeito ao domínio e geração de novas tecnologias? A resposta é: NÃO. Nem de longe formamos o número mínimo de matemáticos, físicos, químicos e engenheiros necessários para competirmos com os países ditos desenvolvidos. Muito pelo contrário, prevalece no país uma cultura bacharelesca que nos brinda com números bem interessantes. Por exemplo: Enquanto o Brasil possui quase o dobro de advogados que os Estados Unidos da América, este possui mais de 120 vezes o número de físicos que possui o Brasil. Nada contra os advogados, mas certamente não foram eles que inventaram coisas bem legais como: Tablets, TV de LED, comida desidratada, nylon, plásticos dentre outras coisas que tornam nossa vida muito mais fácil e que cuja venda contribui e muito para o processo de acumulação de riquezas dos países tecnologicamente evoluídos.

É claro que não devemos colocar todos os louros da educação na área de exatas, mesmo porque uma sociedade não pode ser avaliada somente por sua capacidade de gerar riquezas. Além de impactar o processo de acumulação a educação tem impacto direto no processo político e organizacional de uma sociedade. Aqui entra outro tipo de educação, associado e formação humana do indivíduo, que ao ser instruído nestas áreas solidifica dentro si valores fundamentais para sociedade tais como: democracia, respeito institucional, liberdade de expressão, dentre outros. Uma

sociedade humanamente mais educada é menos suscetível a ações populistas não importando a forma como esta se manifesta (chavismo, bolivarianismo, ou qualquer outro ismo). Como exemplo do que estamos falando é salutar citarmos novamente a Alemanha. Na primeira metade do século XX a ciência e tecnologia Alemã eram de longe as mais evoluídas do planeta. Só para termos idéia, nesse período a Alemanha abocanhou a maioria esmagadora dos prêmios Nobel concedidos em química e física. Todavia, nem todo esse nível de formação evitou que processos totalitários populistas (leia-se Nazismo) fossem implantados nesse País com graves conseqüências, conhecidas e que não podem ser repetidas.

Importante é que todo processo educacional eficiente deve ser baseado em estruturas meritocráticas fortes. No Brasil, nas últimas décadas o sistema educacional vem sofrendo ataque direto a esse fundamento. Baixos salários, aliados a isonomia salarial e estabilidade no emprego acabam com a capacidade de inovação dos professores. Além disso, escolas sucateadas são o mais alto exemplo de desrespeito institucional. Por fim, a alta carga ideológica a qual são submetidos nossos estudantes durante o processo de aprendizagem lhes tira a capacidade crítica e os fazem repetir discursos historicamente ultrapassados sem ao menos pesarem criticamente a respeito, aceitando absurdos históricos como verdades messiânicas. Todos esses fatores aliados a muito outros de natureza muito semelhante fazem do sistema educacional brasileiro um dos piores do mundo, sendo este incapaz de fornecer a sua população os instrumentos necessários para a construção de uma sociedade de fato melhor, com mais riqueza, democracia e liberdade.

Por estas razões que economia, política e educação são variáveis decisivas para o desenvolvimento, e por isso, devem merecer do eleitor brasileiro, em 2014, reflexão cautelosa e responsável, pois dela sairá definição de qual caminho o país terá a partir de 2015.